



ACÓRDÃO Nº583/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11747/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri – FUNPREB.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Francisco Oliveira Videira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 144/2020-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri – FUNPREB. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri, referente ao exercício de 2017 (U.G: 4261), de responsabilidade do Sr. **Francisco Oliveira Videira**, Diretor do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Francisco Oliveira Videira**, Diretor do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri e Ordenadora de Despesas, à época, no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades não saneadas na Fundamentação deste Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.



ACÓRDÃO Nº583/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

10.3. Determinar à ORIGEM que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. o § 6º do artigo 27, da Lei Municipal 204/2011, não está em consonância com que dispõe o § 8º do artigo 37, da Constituição Federal.

10.3.2. o quadro de pessoal do Funpreb, constituído pela Lei Municipal 205/2011, posteriormente alterada pela Lei 259/2017, contempla apenas servidores de cargos comissionados (direção e assessoramento). todavia, há cargos de assessores que são exercidos por servidores com escolaridade de nível médio. As leis municipais 205/2011 e 259/2017 não contemplam as previsões do art. 37, incisos I e II, bem como dos incisos I, II, III, do § 1º do art. 39, da Constituição Federal, no que concerne a regra constitucional do concurso público, requisitos e peculiaridade dos cargos.

10.3.3. as prestações de contas das viagens designadas não foram adequadamente apresentadas, além de não observarem ao interesse público.

10.3.4. divergência de R\$ 1.558,61, entre a soma dos extratos bancários e o valor do saldo para o exercício seguinte constante no balanço financeiro, em 31.12.2017.

10.3.5. a aplicação em fundo de investimento do Funpreb rendeu inferior à média do mercado.

10.3.6. no processo 498/2017, concernente a carta convite nº 001/2017, constam despachos sem assinaturas e parecer



ACÓRDÃO Nº583/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

jurídico, referente ao edital, sem identificação e sem assinatura do parecerista.

10.3.7. no processo 498/2017, concernente a Carta Convite nº 001/2017, não consta prova adequada de sua publicação.

10.3.8. contratação de assessoria jurídica pelo R\$ 72.000,00, por meio da Carta Convite 002/2017.

10.3.9. pagamento de R\$ 12.000,00 por conta da Carta Contrato 002/2017, sem a devida observação da cláusula décima e do item 5 da proposta da contratada.

10.3.10. despesas de R\$ 7.980,00 com a contratação de serviços de processamento e transmissão de dados - folha de pagamento, sem autuação do devido processo de dispensa que demonstrasse a viabilidade da contratação pelo referido valor.

10.3.11. o certificado de regularidade previdenciária – CRP do município de Beruri se encontra cancelado junto ao ministério da previdência social.

10.3.12. os segurados não têm acesso às informações da gestão do Funpreb – Beruri. A comissão de inspeção não encontrou qualquer mecanismo de informação aos segurados sobre a gestão do Funpreb.

10.3.13. os membros do conselho de administração do Funpreb não foram nomeados.

10.3.14. os membros do conselho fiscal do Funpreb não foram nomeados.

10.3.15. diferença a recolher das contribuições patronal e dos servidores, das competências janeiro a dezembro/2017, inclusive 13º salário, no valor total de R\$ 481.301,99.

10.3.16. recolhimentos em atraso das contribuições patronal e dos servidores sem a devida cobrança de juros das competências janeiro, março, agosto, setembro e novembro/2017.



ACÓRDÃO Nº583/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3.17.** a não realização da política anual de investimentos pelo Funpreb – Beruri no exercício 2017.
- 10.3.18.** não foi criado o comitê de investimento, conforme previsão legal.
- 10.3.19.** não comprovação de que o gestor do Funpreb – Beruri tenha sido capacitado em finanças e mercado financeiro.
- 10.3.20.** não comprovação do encaminhamento pelo ente federativo dos demonstrativos previdenciários ao Ministério da Previdência.
- 10.3.21.** ausência de previsão legal para a cobrança de alíquota suplementar a fim de cobrir o déficit atuarial do Funpreb – Beruri no valor de R\$ 49.894.100,76, exercício 2017.
- 10.3.22.** base de cálculo das contribuições previdenciárias de servidores efetivos em exercício de cargo comissionado contraria a legislação.
- 10.3.23.** não consta recolhimento da contribuição patronal e do servidor do segurado João Batista Lima de Oliveira, nas competências novembro, dezembro e 13º salário de 2017.
- 10.3.24.** diferença a recolher das contribuições patronal e dos servidores, das competências janeiro, março, julho, agosto, setembro e 13º salário/2017, no valor total de R\$ 4.898,58.
- 10.3.25.** recolhimentos em atraso das contribuições patronal e dos servidores da Câmara de Beruri sem a devida cobrança de juros das competências fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, setembro, outubro e dezembro/2017.
- 10.3.26.** a utilização da parcela paga em razão de função gratificada na base de cálculo das contribuições previdenciárias dos servidores efetivos da câmara municipal de Beruri, sem autorização, contraria a legislação.
- 10.3.27.** não há controle de frequência diária dos servidores que exercem cargos comissionados de assessoria no Funpreb.
- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº.



ACÓRDÃO Nº583/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Junho de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral